

O OVO OU A GALINHA?
ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, FINANÇAS,
NEOLIBERALISMO, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA
NO BRASIL.

Antonio J. M. Abreu, S.J.

Introdução

O pensamento católico – “tridentino” ou “renovado” — tende a explicar a realidade a partir das idéias; mas, ao se avaliarem as consequências das políticas neoliberais, se descobre o quanto o devir da economia mundial e o sucesso das idéias neoliberais resultam de mudanças profundas e amplas nas relações de produção nos últimos 25 anos, a “terceira revolução industrial”.

O capitalismo e a bicicleta só ficam de pé andando; mas só andam em pé. O sistema de acumulação subsiste se o esquema de reprodução é dinamicamente coerente: se o equilíbrio de hoje tende a gerar um novo equilíbrio. O que chamamos aqui de “equilíbrio” nada tem a ver com equidade no sentido ético. Trata-se apenas de modos de proceder, que garantam o processo: a consistência no momento dado, a capacidade de mudar (possivelmente ampliando a acumulação) e a consistência no momento imediatamente posterior.

Os dois principais problemas são, como tirar algum método da loucura do jogo de preços e controlar a força de trabalho.

A tendência de todo ofertante de bens ou serviços, é cobrar mais. Se não o faz, é porque os mecanismos de mercado o impedem ou ele

mesmo aprendeu que ganha mais de outra forma. Quem detém um monopólio ou oligopólio, tem como ditar preços e o fará, se não for coibido. Razão para o Estado intervir, para que o sistema de preços funcione, portanto: leis que reconstituam a concorrência.

Outras razões de o Estado intervir na formação de preços podem ser:

- danos ao meio ambiente, custosos não para quem os faz, mas para terceiros;
- administração de bens coletivos, que favorecem a todos, mas não custam a ninguém em particular;
- situações de “profecia auto-cumpridora”; exemplo, se o boato de falta de arroz faz subir o preço e sumir o arroz, importar esvazia o boato.

O controle da F. T. se faz contando com valores e paradigmas de comportamento que podem ser (a) pressupostos, (b) inculcidos de forma organizada ou (c) resultar de mudanças objetivas da própria organização da produção. Exemplos deste último caso:

- a divisão do trabalho que não exija conhecimentos e decisões técnicas por parte do trabalhador facilita o controle;
- a existência de desempregados ou migrantes recém-chegados, em setores onde é rápido treinar novos trabalhadores.

Quanto se podem datar processos fluidos, de 1945 a 1973 “é o tempo” de um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e relações de poder político-econômico chamado “fordista-keynesiano”. No tempo a seguir acompanha-se (ou não se consegue acompanhar) a terceira revolução industrial.

O fordismo

Henry Ford em geral é visto como empresário avançado para seu tempo: procurou aumentar o bem estar dos trabalhadores; em 1914 inaugura a jornada de 8 horas a 5 dólares de salário. Para isto, reuniu de forma criativa tendências tidas por contraditórias. Para aumentar a produtividade, usará técnicas tayloristas de organização, que via como “princípios de administração racional e científica” mas que os sindicatos combatiam. Precisamente o aumento de produtividade lhe permite garantir mais salário, mais lazer e sobretudo economias de escala, ao fazer crescer a demanda operária de bens industriais.

Ford atende ao pleito dos sindicatos pela moradia; tem auxiliares que se ocupam dos operários “como pessoas” e “como famílias” em

vista de uma vida "regrada e decente", o que contribui à produtividade; investe assim na reprodução de força de trabalho eficiente e disciplinada.

Taylor separava a gerência, a concepção, o controle e a execução; o que Ford aproveita. A sensoria e alienação de tarefas em que não se vê sentido e utilidade se compensarão pelo consumo e lazer ampliados. Ford percebe que produção de massa postula consumo de massa e, via economias de escala, permite maior produtividade do capital e da mão de obra; pode assim aumentar o salário real médio dos trabalhadores¹, com redução do salário relativo²; no começo da Grande Depressão, aumentou os salários, crendo que, se todos os empresários o fizessem, reduziriam ou evitariam a recessão. Quase sozinho, não conseguiu ir adiante.

Gramsci diz que o fordismo foi o maior esforço determinado e ordenado que conheceu, de criar novo tipo de trabalhador e de homem; não se pode pensar seus novos métodos de trabalho, separados de um novo modo de viver e pensar vida, sexualidade, família, lazer, controle social, poder público. Ford preferia imigrantes para suas fábricas³. O motivo da preferência era o entusiasmo dos imigrantes em realizarem o "American dream" na versão fordiana.

Ford dá o exemplo de sua horta doméstica; estimula e exorta seus trabalhadores a produzirem com a família seus próprios legumes e verduras. A contribuição macro-econômica deste setor horticultor paralelo à indústria de veículos não importa; sim a "educação do homem novo, morigerado, parcimonioso e laborioso".

Lenin louva o fordismo por ser eficaz e racional. Os social-democratas austríacos o abominam por implicações negativas para a cidadania e a democracia. Os sindicatos de americanos "da gema" o criticam em nome da privacidade individual e familiar. Na França, os sindicatos comunistas apóiam o fordismo, em nome do desenvolvimento das forças produtivas (e das condições objetivas para a sociedade nova) e da autonomia nacional ante a crescente (e indesejável) hegemonia ianque.

Ford não parece ter percebido que seu projeto, para perdurar e se generalizar, supunha intervenção e regulação estatal. Sem Keynes, não

¹ Sobretudo nos níveis inferiores, fechando gradualmente o leque salarial.

² O que o assalariado recebe em moeda corrente é o salário *nominal*. O salário *real* se mede pelo valor dos bens e serviços que o salário *nominal* compra. O salário *relativo* compara o salário real, com o "valor real adicionado" nos bens produzidos pela empresa, dividido pelo número de trabalhadores. "Adicionado" é o preço do produto, menos o custo dos bens e serviços usados na produção.

³ Os sindicatos inicialmente o acusavam de fazê-lo para pagar salários mais baixos.

há Ford que se agüente. Mais. Para o sucesso do fordismo contou o poder dos sindicatos na sociedade e ante o Estado. Em troca de aceitarem as técnicas tayloristas, os sindicatos conseguem melhorar as condições de vida operária. Bem ou mal, ativam as “duas pontas” do projeto fordista.

O fordismo medrou mais nos setores oligopolizados e menos naqueles mais competitivos.

O Keynesianismo

De 1945 a 73, a economia mundial obtém taxas bastante estáveis de crescimento do produto e renda; crescem o produto por trabalhador e a renda per caput; o ciclo econômico fica amortecido. Para tudo isto contribuiu a ascensão de indústrias nacionais amadurecidas, interagindo com a reconstrução das economias devastadas pela guerra e a renovação urbana. Foi decisiva uma nova constelação de papéis e relações do Estado, das empresas e do trabalho organizado, equilíbrio de poder após anos de luta.

O Estado intervém mais na economia, com políticas fiscais e monetárias e investimento público; entre os países capitalistas avançados a intervenção variou de grau, de estilo, de conteúdo, mas aos poucos se generalizou. Este processo se chamou “keynesianismo” por causa de John Maynard Keynes, que em 1936 teorizou sobre a (necessária, inevitável?) intervenção estatal como saída para a recessão — e, mais geralmente, corretivo do ciclo econômico. Como Ford, Keynes foi bem sucedido por ter entendido seu tempo; a realidade forçou o advento do “keynesianismo”.

O problema do ciclo econômico importa aqui, não apenas para situar o pensamento keynesiano, mas também para a análise dos limites da economia de mercado.

Os economistas clássicos haviam refletido sobre o impacto diacrônico das ações econômicas; são “economistas do desenvolvimento”; mas o otimismo de Adam Smith vai diminuindo nos seus seguidores. Riccardo e Malthus crêem que o processo está condenado com o tempo à estagnação.

Marx é mais otimista a respeito do capitalismo industrial; não crê que se vá estagnar, aposta em que o progresso técnico vai explodir os limites dados; mas, sobre o ciclo de euforia e recessão, em que seus predecessores viam uma “falha” que contribuía à marcha para a estagnação, mostra que:

- o ciclo não é acidental; decorre da lógica mesma deste caso histórico particular (e notável) de economia de mercado, o capitalismo concorrencial;
- quanto mais complexa for a economia e quanto mais o setor produtor de bens de consumo final depender de equipamentos e bens semi-acabados de outros setores, tanto mais vigorosa será a expansão e profunda a queda depois.

Este mecanismo está embutido no capitalismo concorrencial precisamente porque supõe que todos os empresários se comportam racionalmente no curto prazo e no “seu” mercado, mas nenhum tem visão do conjunto, nem do longo prazo⁴.

Às vezes um “fator externo” interrompe ou modula a “onda” do ciclo. Marx analisa os casos de progresso técnico, descoberta de recursos naturais, ou gastos — que chamarei “autônomos” — do governo (exemplos são guerras e gastos suntuários); entrevê o Estado como corretor do ciclo, o que não acha viável, nem desejável⁵, certo de que a crise do ciclo e a consciência operária implodirão o capitalismo um dia.

O pensamento econômico posterior se ocupou de estudar a racionalidade microeconômica das decisões. Geralmente se ignoravam os desequilíbrios e o ciclo. Supunha-se que, a oferta sempre gerando sua própria demanda, não pode haver crise de superprodução com desemprego estável de mão de obra e equipamento.

Keynes, para entender as crises passadas e aquela iniciada em 1929, analisa as relações entre renda, produto, emprego, juros, consumo e poupança; demonstra que as interações dadas como “naturais” pela literatura econômica e — implicitamente — por empresários e políticos não se realizam necessariamente. Por isto seu livro se chama “Teoria Geral da Renda, do Emprego e dos Juros”. O ângulo é diverso do de Marx, mas confirma sua análise — para evitar sua previsão.

O problema não se reduz à racionalidade microeconômica. Pode ser (como foi em 36 e ainda é hoje), que não haja taxa real de juros que leve os empresários a investirem e os poupadores a lhes emprestarem; nem uma pauta de salário real à qual todos os adultos válidos aceitem trabalhar e os empresários os queiram empregar. Keynes indica o Estado

⁴ Evidentemente, a moderna empresa transnacional que produz boa parte de seus próprios equipamentos, opera em vários setores e neles inventa produtos e filiais, escaparia deste raciocínio.

⁵ Para surpresa de discípulos e inimigos seus no século XX, Marx é contra a intervenção estatal na economia; por razões econômicas e políticas.

como candidato a cortar este nó, por ter as informações necessárias e poder agir contra a lógica imediata do mercado⁶.

A “demanda autônoma” em área e situação de desemprego de mão de obra e de capital pode expandir a renda e o produto de algumas vezes o valor dela mesma. As obras do “New Deal” tiveram este “efeito multiplicador” de quase três vezes, nas regiões deprimidas atendidas.

Keynes sugere infra-estrutura e habitação, mas a rigor, o efeito multiplicador independe da utilidade da obra. Não se podia sonhar com salários-desemprego. A pressão dos sindicatos para que o governo criasse empregos em obras públicas, decidiu Roosevelt a fazer o que esta teoria econômica forrada de matemática tornava respeitável.

A expansão do pós-guerra contou com a maciça ampliação do comércio e do investimento internacional. Ora, as exportações são “demanda autônoma” dos outros; embora em termos de uma economia mundial que se integra, sejam cada vez menos “autônomas”. Esta é a racionalidade do Plano Marshall: como as obras no vale do Tennessee constituíram novo foco de demanda que reanimou a economia norte-americana, assim os Estados Unidos investiam na Europa e no Japão para reanimar mercados que importariam bens e serviços norte-americanos.

Em Bretton Woods, 1944, procuram-se criar condições de estabilidade e transparência para intensificar-se o comércio internacional, como válvula de escape do ciclo em termos nacionais. Keynes defende a criação de uma moeda mundial emitida por uma “Autoridade Financeira Emissora e Reguladora” da ONU. A preocupação é de evitar a “contaminação do ciclo” entre países; a moeda internacional independente permitiria intervenções cambiais anticíclicas nacionais.

O Estado também tinha que intervir com políticas redistributivas para remediar desigualdades; sobretudo, pela expansão igualitária dos bens e serviços coletivos; o que, no longo prazo, dependia do aumento do produto por trabalhador, como nos setores organizados fordistas.

A “Acumulação Flexível”

Certamente o sucesso do fordismo e do keynesianismo garantiram o êxito da acumulação capitalista no terceiro quarto do século XX. Mas

⁶ Roosevelt pode o que Ford não tem condição de fazer.

o inverso foi ainda mais verdade: o crescimento das economias ocidentais (e do Japão⁷) fundamentou as idéias que a acompanharam.

Nos anos 60, a recuperação da Europa e do Japão estava completa. Nos Estados Unidos, a guerra do Vietnã e a campanha contra a pobreza estimularam a demanda agregada⁸. A partir de 1966, é geral no mundo capitalista a queda da taxa de lucro. O que mais ou menos coincide com o sucesso do alastramento de métodos fordistas na América Latina e no Sudeste Asiático. A penetração do capital do Primeiro Mundo nestes países ajudou a manter o avanço da economia mundial e a taxa de lucro. Mas, como toda difusão e generalização de novos modos de produzir, acabou exaurindo a vantagem de quem saiu na frente.

Para o distributivismo fordista-keynesiano funcionar, o Estado precisa de recursos crescentes no longo prazo, no bojo de uma economia em que tudo cresce — o produto, a renda nacional, a renda per caput, as expectativas da população. Querer uma economia de mercado assim, em que se garantam juntos o nível de emprego e o do salário real, restringe as políticas econômicas possíveis. A relativa rigidez do fordismo-keynesianismo era compensada pela flexibilidade da política monetária e cambial; o que não quer dizer que Keynesianismo e inflação sejam sinônimos, mas que cada vez mais se achavam ligados.

Assim nos anos 70, os tomadores de decisões do capital mundial começam a procurar brechas para maior flexibilidade de ação. “Flexibilidade” se torna palavra mágica dos novos tempos. Inovações que garantam flexibilidade dos processos, de trabalho, de produtos, são apoiadas; nelas se investe.

Nos países avançados, a produção eletrônica supera a de veículos, em valor agregado, em emprego e renda gerados e se torna a “locomotiva do crescimento” que os veículos vinham sendo.

Os progressos na informática e nas comunicações agilizam a introdução de novos setores de produção, revolucionam a prestação de serviços financeiros, o acesso aos mercados; abrem possibilidades à inovação: comercial, administrativa, organizacional, tecnológica. Com os avanços da informação, os horizontes temporais da tomada de decisões e o impacto econômico das distâncias se reduzem.

⁷ O Japão, por razões históricas, seguia um terceiro caminho, diferente dos ocidentais pré-Ford, mas também do fordismo e do keynesianismo.

⁸ Distribuição de renda tem impacto anti-depressivo: a população mais pobre gasta maior parcela da renda — quase só em bens e serviços nacionais — e reage mais rápido à mudança no seu nível de renda.

Duas conseqüências decisivas desta evolução nos países onde se dá:

- a) os setores que mais incorporam tecnologia e mão de obra qualificada, passam a liderar o crescimento, invertendo a lógica difusiva do fordismo;
- b) as novas formas de organização do trabalho esvaziam o poder organizado dos trabalhadores.

Em outras regiões, menos desenvolvidas, "salta-se" a fase fordista e entram novas formas de organização do trabalho, às vezes bem antigas.

Aos poucos se esboça uma estrutura de emprego em círculos concêntricos:

- núcleo de assalariados altamente qualificados, capazes de se deslocarem entre tarefas que exigem técnicas e conhecimento do processo; às vezes prestadores autônomos de serviços;
- em setores organizados "à la Ford", a flexibilidade é numérica: as empresas comprimem ou expandem a contratação conforme a necessidade;
- faixa crescente de contratados de curto prazo; gente sendo retreinada às vezes com subsídio público;
- autônomos e pessoas cadastradas em agências de trabalho temporário, subcontratadas; vendedores ambulantes, prestadores avulsos de serviços de baixa qualificação.

Em todas estas faixas se vão encontrar trabalhadores em atividades "terceirizadas"; isto é, sem relação jurídica de emprego com a empresa para a qual de fato trabalham⁹. Fácil de compreender como aumenta a vulnerabilidade dos grupos mais frágeis e como se retira boa parte das condições objetivas e materiais que haviam feito a força dos sindicatos.

A sub-contratação aumenta a possibilidade de pequenos empreendimentos e do trabalho familiar. Pode envolver autônomos de alto nível¹⁰. Mas o mais comum são atividades padronizadas. Se a proximidade física servia à organização mas não era exigência direta da

⁹ Exemplo: uma indústria eletrônica recorre a uma empresa de "serviços gerais", para que contrate a limpeza, a manutenção e as refeições de funcionários, quem sabe, ainda por meio de outras empresas que contratam as pessoas.

¹⁰ Como o analista de sistemas que cria o programa para um "Banco 24 horas", elabora para o tribunal eleitoral um programa ágil de apuração e recebe pelas tarefas, sem vínculos de emprego.

produção, o ajuntamento de artesãos dos inícios das manufaturas europeias, mantido nas fábricas e aperfeiçoado com o fordismo, agora se dá só no banco de dados. São costureiras e alfaiates trabalhando em casa com ajuda da família, sem vínculo de emprego com a empresa que encomenda deles, controla a qualidade e comercializa o produto: como o pai de Francisco de Assis com seus tecelões e fiandeiras — mais computador e modem.

Administrar hoje, cada vez mais é controlar os fluxos financeiros. Onde produzir, o que produzir, como produzir, depende de como otimizar o movimento financeiro. Serviços que antes eram parte do processo industrial sob uma gerência que priorizava a produção, agora cabem a empresas autônomas, melhor remuneradas no mercado financeiro e orientadas para ele.

No setor financeiro propriamente dito, vigem duas tendências complementares: a de fusão entre empresas e a diversificação dos instrumentos e dos serviços; bancos, corretoras, casas de câmbio e seguradoras são cada vez mais “vasos comunicantes”.

Nas movimentações financeiras, aumenta sempre mais o peso relativo, das operações sobre papéis de valor¹¹. Na partição da renda, a relação entre a parcela do trabalho e a do capital se desloca em favor do capital, os juros e os lucros das empresas financeiras aumentam mais que os daquelas produtivas.

No século XIX, Hilferding, economista austríaco, criou o conceito de “capital fictício”¹², que as empresas criam interagindo com os bancos. Hoje assistiria à geração de “capital fictício” em montantes e formas como jamais sonhara em noite de febre. Um dia em Londres, são negociados papéis que correspondem ao PIB mexicano; em pouco mais de dia e meio, ao PIB do Brasil. Na Alemanha, em 85, as transações financeiras externas eram 4/5 do valor total das mercadorias negociadas com o Exterior; em 1993, 5 vezes aquele valor; em 98, 12 a 13 vezes.

Os mercados financeiros são muito mais competitivos que aqueles de bens e serviços finais, porque neles as decisões são mais rápidas e mais sensíveis a diferenças mínimas nas condições.

¹¹ “Mercadorias futuras”, compromissos de venda; ações e debêntures de empresas; moeda externa; títulos de dívida, externa ou interna, de governos; “derivativos” (participações em fundos diversificados, lastreados em papéis de valor). Os “eurodólares” – depósitos em dólar em bancos europeus — cresceram 25% ao ano nos anos 1970, sem qualquer relação possível com o aumento da moeda americana existente.

¹² Puramente financeiro, como o excesso do preço total das ações em bolsa, sobre o valor real da empresa.

A busca de economias de escala torna menos relevantes os mercados nacionais: a concorrência internacional desfaz lealdades e pactos explícitos ou tácitos dos industriais, com o setor agrário, ou com os trabalhadores de seus países. A queda dos custos de transporte e sobretudo, de comunicação; o aumento das transações financeiras internacionais; as fusões internacionais ou a presença do capital transnacional investindo em toda a parte, reduziram abruptamente a capacidade dos Estados-nações no controle efetivo sobre os fluxos e decisões do capital. Os Estados-nações hoje são "menores" que estes mercados e dependem da confiança deles, não o contrário. A "desregulação" pregada por Reagan e Thatcher vem consolidar o que já vinha acontecendo.

O sucesso do neoliberalismo tem a ver com mudança de valores e comportamentos coletivos: a valorização do individualismo, da competição e competência; do novo, efêmero, descartável; valores que nascem ou são estimulados porque vence quem tem condições de se dar melhor no darwinismo social das novas relações econômicas.

A crise estrutural do capitalismo atual não é só econômica, é mais ideológica e política; tem a ver com a destruição social gerada pelo mercado, mais intensa hoje que no pós-guerra até os anos 70. Hoje, o desemprego permanente e massivo e a reprodução acrescida da pobreza induzem desesperança e violência. Grupos instruídos de classe média se vêem progressivamente excluídos, por não seguirem o ritmo de aquisição de novos conhecimentos e capacidades. O sentimento de perda e de alienação destes raramente se transforma em medo ou ódio às elites. Há estudos associando distúrbios de personalidade gerados pela insegurança, com a identificação apaixonada com os poderosos e os bem sucedidos. As pulsões irracionais desencadeadas pela consciência do próprio "desvalor" tendem a se extravasar contra "o diverso perto de mim, abaixo de mim"; é um perigo para a democracia e o pluralismo, por exemplo, nos movimentos racistas.

Ironia amarga, a diferença entre os países se reduz nisto: os que estavam melhor, começam a ter os problemas dos outros.

As leituras a respeito do "para onde vamos" convergem em que estamos diante de uma transformação profunda, em grande parte irreversível; não se trata de um "ajuste temporário" ou de "um passo atrás para dar dois adiante". Uma das leituras mais otimistas é a da recuperação da "chance perdida" do século XIX, quando a concentração do capital reduziu o papel da pequena empresa e da cooperativa, que podiam resolver o problema da organização industrial em linhas descentralizadas e democráticas. Exemplos citados nesta direção: a pujança da economia informal italiana; ou em "El Otro Sendero", o caso do Peru.

Graças à educação e treino permanentes, o “novo” trabalhador pode trazer ao trabalho comprometimento e criatividade que o humanizam e realizam. Mas não há como generalizar o caso: os trabalhadores vivendo o “neotaylorismo não-fordista”, trabalho alienante sem compensações, são muito mais numerosos.

A palavra “flexibilidade” tem mais força psicossocial, que fundamento real. A mobilidade geográfica da mão de obra quase se reduz ao núcleo flexível e dinâmico de técnicos e gestores qualificados; fora dele vem mesmo sendo limitada e dificultada. Nas décadas anteriores houve proporcionalmente mais flexibilidade local de mão de obra.

As crescentes exigências de capacitação de trabalhadores e a dimensão que os serviços tomam na economia, tendem a aumentar as desigualdades de renda.

Neoliberalismo — o núcleo duro teórico

Para falarmos de “neoliberalismo” temos que distinguir um núcleo teórico consistente e o “movimento”.

Representantes do núcleo teórico abominam o prefixo “neo”¹³, não temem o paradoxo em sua coerência¹⁴, entre eles há diversidades relevantes. No início, uma inegável virtude (“virtus” romana) destes pensadores foi a coragem de ir contra a corrente.

Em 1944, o austríaco Hayek escreve “Caminho da Servidão”: que toda limitação do mercado é ameaça mortal à liberdade, não só econômica, mas política; que a social-democracia conduz logicamente ao nacional-socialismo.

Aqueles que pensavam como Hayek formaram a associação de Mont Pélerin¹⁵; atacavam o estado europeu do bem-estar e o New Deal americano, como “duas cabeças da mesma hidra”; o sucesso do capitalismo tardio lhes dificultava serem ouvidos em suas críticas a Keynes; ganhavam mais atenção contra o papel corretivo social do Estado, que fundamentavam:

- na liberdade (em sentido individual e restrito, ausência de coerção, “libertas ab”);

¹³ Crêem retomar dos velhos liberais as idéias e as lutas contra o Absolutismo.

¹⁴ Anos atrás, num diálogo em que participei com o Instituto Liberal, alguns interlocutores se diziam **evidentemente** contra a existência de FMI e Banco Mundial.

¹⁵ Nome da estância onde se reuniam.

- na dignidade da pessoa humana, exercida pelo trabalho e prejudicada pela tutela do Grande Irmão Governo;
- na eficiência, que só se consegue pela mais livre concorrência.

Para Hayek e companheiros, a desigualdade é um dado de realidade; os seres humanos não nascem iguais; não é realista se nivelarem os desiguais; toda tentativa igualitária limita a criatividade e a individualidade dos capazes.

Os "haiequianos" nem afirmam — como Smith — que é maior o bem comum se cada um tiver o máximo de liberdade econômica. O conceito de "bem comum" não lhes faz sentido; no que majoritariamente divergem do pensamento social cristão e dos "antigos" liberais¹⁶.

Para eles a desigualdade não se justifica tanto pela "mão invisível" smithiana; mais pela radical unicidade e autonomia do indivíduo. Cada indivíduo tem de buscar de forma racional seu maior bem. A racionalidade inclui pactos com outros indivíduos ou grupos; mas não há leis, valores, ou princípios, anteriores ao pacto.

Mais do que a oposição axiológica a estes pressupostos, o sucesso da ordenação pós-guerra da economia mundial isolava estes pensadores. Não muda as regras do jogo, quem está ganhando com elas. A partir de 1973, a estagflação (estagnação com inflação), muda o panorama; passa a fazer sentido a teoria que explica o problema. Ora, os neoliberais atribuíam a crise:

- à rigidez trazida pelo excessivo poder dos sindicatos, numa época de mudança tecnológica acelerada;
- aos gastos sociais parasitários do Estado, que lhe retiravam a possibilidade de investir nos setores "úteis", de apoio e complemento aos investimentos particulares.

Para os neoliberais o poder do Estado se devia usar para conter os sindicatos e controlar a quantidade de moeda. A estabilidade monetária passa a ser meta política número um. Defendem a taxa "natural" de desemprego, para flexibilizar o mercado de trabalho, quebrar a espinha dos sindicatos, reduzir custos de produção.

Querem redução dos impostos sobre rendas e patrimônio, para estimular o investimento, por dois lados: deixando mais recursos nas mãos dos empresários e premiando quem obtém lucros na produção. Reduzir simplesmente os impostos agravaria a crise fiscal; propõem-se

¹⁶ Uns poucos retomam preocupações éticas dos mestres do século XVIII e XIX.

reduzir os gastos sociais e aumentar impostos sobre o consumo, que julgam mais “equitativos” que aqueles sobre renda, patrimônio, herança. A tributação progressiva é iníqua por discriminar contra os ricos e mais, reduz o dinamismo da economia.

Do momento em que o pensamento neoliberal sai do seu gueto intelectual, à investidora de Lady Thatcher, primeira ministra (1979), passou-se quase uma década. Mas no ano seguinte (80), Reagan se elegia nos Estados Unidos.

O neoliberalismo no poder

A chamada “onda neoliberal” coere mais à realidade de interesses hegemônicos, que à lógica teórica do grupo de Mont Pèlerin.

Margaret Thatcher começa a primeira experiência de aplicação nítida do ideário neoliberal em política: reduz e contém os meios de pagamento¹⁷; faz subir a taxa de juros para remunerar o capital, estimular a poupança e o investimento; reduz as alíquotas e a progressividade dos impostos sobre a renda e riqueza; desloca o peso da tributação para o consumo; retira o controle sobre os fluxos financeiros; reduz os gastos sociais¹⁸; privatiza e fecha empresas estatais; trata como consequência inevitável do reajuste o desemprego já crescente¹⁹; introduz legislação e políticas para quebrar o poder dos sindicatos²⁰.

Reagan é menos fiel que Thatcher à doutrina, devido aos gastos da guerra fria, às dificuldades políticas de reduzir o padrão de vida dos americanos e à sua maior capacidade de se endividar. Também reduz a tributação sobre a renda (alíquotas e progressividade), eleva os juros e promulga legislação anti-sindical. Em matéria orçamentária, é diferente. A dívida externa e o déficit público interno são com ele os maiores de todos os tempos²¹. Só os Estados Unidos podiam se dar a este luxo, graças à aceitação universal do dólar. A distribuição de renda vinha suavemente se tornando mais igual nos USA; agora, a pirâmide volta a se aguçar.

¹⁷ Em economês, o “M1” — papel moeda e moedas metálicas, mais depósitos à vista.

¹⁸ Mas bem menos do que a propaganda quis fazer crer.

¹⁹ A “culpa” seria da anterior intervenção do Estado, por falsear o “equilíbrio natural do mercado”.

²⁰ Eles combatem toda esta política econômica como recessiva; o que, para a equipe de Thatcher, “prova” o corporativismo deles.

²¹ É plausível a leitura provocante de que com Reagan a “guerra fria” — destino maior do aumento dos gastos públicos — era mais um biombo para crescentes subsídios da União americana às pesquisas avançadas das grandes empresas.

Nos países mediterrâneos, aplicaram-se de forma ainda menos rigorosa os princípios neoliberais centrais. Mas na França e noutras partes, aumentam os “desempregados de longo prazo”²².

Japão e Alemanha se mantêm com um “capitalismo organizado e regulado”. A regulação macro-econômica²³ depende cada vez mais da política industrial. Parece que, quanto mais tradição nacional de interação entre empresariado e poder público, tanto mais informal e intenso é o processo de coordenação e maior o êxito da resistência à onda neoliberal; o Estado é mais capaz de articular os vários interesses nacionais.

Os “tigres asiáticos” são “capitalismos organizados” de “japões retardatários”. O caráter autoritário dos Estados e a menor²⁴ consistência dos grupos empresariais, com a conseqüente tutela estatal, fazem estes países — com todo seu sucesso em se adaptarem aos novos tempos em termos reais, de educação e investimentos sociais — ainda menos “neoliberais”. Apostaram mais na capacitação da sua gente e na pesquisa tecnológica, que em conquistar a credibilidade dos investidores financeiros internacionais. Pagaram para ver e viram. Fica de pé precisamente a questão, se o critério de julgamento deveria ser o sucesso dentro das regras do jogo impostas pelo capital financeiro.

Os defensores da “economia social de mercado” alemã estão mais perto do neoliberalismo. Mas não demais. Definem sua economia social de mercado como um “Ordoliberalismus”; diante da vitória neoliberal, preferem professar que sempre foram liberais — para não mudarem muito o que nestas décadas deu certo.

Entre 89 e 91, a queda do socialismo real joga água no moinho neoliberal. Os participantes das anteriores “primaveras”, que abririam seus países à democracia e à participação e descentralizariam as economias, hoje tendem à social-democracia. Em reação pendular ao Estado planejador que não achou soluções para os problemas novos de tempos diferentes, os teóricos hegemônicos, tecnocratas de ontem, em média mais jovens, são “haiequianos”. Raros neoliberais ocidentais são tão seguros do caminho certo e científico do futuro, como estes ex-leninistas²⁵.

Na América Latina, a primeira experiência neoliberal sistemática se deu no Chile, sob influência de Milton Friedman, no governo Pinochet.

²² Mais de um ano procurando emprego.

²³ Políticas tributária, fiscal, monetária, cambial.

²⁴ Menor que no Japão.

²⁵ Questão de “forma mentis”, esta fidelidade ao que se “tem que fazer”, em quem conhece “o certo”, “o objetivo”, o “científico”.

Os discípulos de Friedman se consideram mais pragmáticos que os de Hayek, que concordam com esta caracterização. Friedman não se preocupa particularmente com regimes de governo, desde que façam “a coisa certa”. A experiência chilena parece sugerir que — ao menos no Terceiro Mundo ou na América Latina — um regime autoritário é mais eficiente para implementar as reformas neoliberais.

Hayek, que em 1944 denunciava a social-democracia como o “caminho da servidão” autoritária, já nos anos 70 afirmava que a “democracia formal” pode ser incompatível com a “liberdade”. Se a decisão democrática da maioria reduzisse os direitos incondicionais do indivíduo à renda, à propriedade, à herança e à livre transferência de fundos sobre fronteiras, seria melhor um regime autoritário repressivo que garantisse estes direitos.

Há mais uma divergência, de visão do ser humano, entre a “democracia formal” e o neoliberalismo: ele dispensa a busca coletiva de caminhos, pois seus portadores podem afirmar “cientificamente” que “não há alternativas”. Mais: o darwinismo social, mola do progresso no pensamento neoliberal, é difícil de se conciliar com a democracia, sobretudo em sociedades pluriétnicas, pluriculturais, onde uns tendem a se crerem naturalmente superiores.

São comuns, em toda a parte, discrepâncias entre o discurso neoliberal e os resultados de suas receitas.

A redução dos impostos sobre os ricos “deveria” estimular a acumulação, mas de fato não correspondeu em investimento. O “velho” liberalismo contava com a ascensão de poupança dos burgueses; mas hoje, a sociedade ocidental toda se organiza para consumir. Reduzir os impostos dos ricos mais tem aumentado seu consumo, que a poupança e o investimento; a renda não consumida, vai mais para aplicações financeiras, que para a produção. A inversão em equipamentos — acumulação realmente produtiva — se reduziu no Primeiro Mundo, em termos de fração do PIB.

Semelhantemente, o comércio mundial de mercadorias diminuiu como fração da renda interna dos países adiantados.

O discurso enfatiza o papel da concorrência para a eficiência. Concorrência supõe acesso ao mercado. Mas a competição internacional se oligopoliza cada vez mais: quem é grande tem mais chance de crescer; associações e fusões trazem vantagens aos parceiros. É uma Copa do Mundo, em que gradualmente se eliminam as equipes perdedoras e as regras do jogo. Mais: a força de trabalho, não tem nem de longe a mobilidade que efetivamente permitiria concorrência.

O maior sucesso das políticas neoliberais tem sido em toda a parte a desinflação. Na lógica neoliberal, é também um sucesso a quebra geral dos sindicatos e a contenção dos salários reais.

Onde quer que se tenha dado o ajuste, no início a contenção da quantidade de moeda e juros altos retraíram a atividade econômica, o que fez crescer a dívida pública interna. Mas esta, depois não se reduz com o retomar do crescimento, porque o consumo (com maior peso na carga tributária) cresce menos; crescem mais os ganhos financeiros (sobre os quais a carga tributária se reduziu).

França e Itália estimulam formas flexíveis e informais de produção, como arma contra o desemprego; às vezes é tiro pela culatra: o produtor informal concorre com os trabalhadores formais, que vão perder o emprego se a procura do produto não crescer. O processo substitui um trabalhador por outro com renda real mais baixa. Esta retração de renda reduz a procura por bens de outros setores, numa reação em cadeia. O resultado final é redução de emprego e renda, com redução setorial de preços.

Brasil, Democracia e Neoliberalismo

As mudanças dos processos de trabalho tiveram na América Latina impacto desestruturador semelhante àquele de países europeus. O caso mais “europeu” foi o Chile; o Brasil, possivelmente o “menos europeu” dos países industrializados da América Latina. Entre nós, o velho desemprego estrutural se vem somar ao “novo” desemprego tecnológico, em outras faixas. Mas empresários e trabalhadores das indústrias da “segunda revolução”, com uma infraestrutura industrial razoavelmente ampla e complexa, têm conseguido em parte “aparar” as políticas de ajuste e as inovações da “terceira revolução”.

Os sucessivos avanços de “setores modernos” do empresariado na América Latina — graduais ou rápidos — tenderam a consolidar o capitalismo, mas não a democracia. A “tradição do avanço” das forças produtivas entre nós tem sido amoldar-se à cultura política autoritária. O que aconteceu com as velhas elites imitadoras do antigo liberalismo, ideologicamente propenso à democracia, repete-se com o neoliberalismo pragmático.

Em qualquer contexto, a desigualdade muito ampla e crescente dificulta a democracia. O processo não é mecânico, mas o risco persiste. A contrapartida da tradição autoritária é a falta de consciência de cidadania, da importância positiva da sociedade civil. Mas de parte do

Estado e da chamada “classe política”, falta a correlativa atitude de respeito à cidadania²⁶. E mais, a propaganda e a pressão neoliberais querem desacreditar as articulações livres da sociedade civil²⁷, como sindicatos, associações de moradores, ONGs, a atuação pública das igrejas.

Quem quer uma sociedade justa e humana, não pode esquecer que as liberdades, direitos e garantias democráticas são parte essencial do projeto e condições necessárias, embora não suficientes, para construir a participação. O caminho jamais poderá ser um atalho que dispense “por ora” a democracia; deve sim radicalizá-la.

Seria equívoco os defensores duma sociedade “nova” defenderem o Estado desenvolvimentista montado para a acumulação privada de capital. Cabe tornar o Estado mais democrático e capacitá-lo para a intervenção socialmente corretiva. Na Europa, com sociedades civis mais organizadas, houve mais redução que desmantelamento do Estado nacional. O estatismo militar e tecnocrático no Brasil aguçou a exaustão do Estado, depredado pelas vinculações particulares; o que leva as camadas populares a descrerem do poder público. É necessário desprivatizar o Estado, torná-lo mais capaz de atender a suas funções próprias.

O avanço do processo neoliberal na América Latina reduz os instrumentos possíveis de um governo socialmente empenhado para enfrentar o desafio da pobreza corrigindo as falhas do mercado. O que traz custos sociais no longo prazo, mas também sérias perdas econômicas de oportunidades de crescimento. As pessoas abaixo da linha da pobreza segundo os critérios do PNUD eram, em percentagem da população na América Latina: em 1960 51%; em 1970 40%; em 1980 43%; em 1990 46%; as projeções do PNUD para 2000, mantidos os parâmetros atuais, são de 56,3% (cenário otimista) e 59,3% (cenário pessimista). Como competir internacionalmente no século XXI, com mão de obra cada vez menos alimentada e educada, e mais doente?

Nas condições latino-americanas, a sociabilidade excludente é caldo de cultura para a ideologia neoliberal. A fragmentação social, a dificuldade de institucionalizar interesses em convergências (ou divergências), um dos nossos índices de “baixa democracia”, contribui para o individualismo e aceitação do desmonte do Estado.

²⁶ Revelador: não temos tradução portuguesa para “accountability” e “governmental responsiveness”. (Alegria, caso as haja em espanhol!).

²⁷ Os “corpos intermédios” de Pio XI. A lógica é a do individualismo total.

Esboçam-se duas tendências de evolução possível:

- construir novas formas de sociabilidade, fundadas na interdependência mútua numa sociedade complexa; é necessária uma ética da solidariedade que supere a reciprocidade imediata e postula um alicerce (religioso, filosófico), anterior a qualquer pacto e acordo. A disposição para observar pactos (dos sinais de trânsito, às câmaras setoriais, passando pela cidadania na hora de votar) supõe este fundamento, que explode a lógica neoliberal.
- "individualização selvagem": como é cada vez menor a possibilidade de dois parceiros conciliarem seus interesses, vamos nos encaminhar para a "coisificação" dos outros (dos excluídos) pela força (dos incluídos).

Ao lado de outras condições, sobretudo socioculturais, para aprofundar a democracia na América Latina, certamente é necessário articular justiça social e estabilidade.

O Brasil nasceu colônia que não era para ser nação. Mas neste século e meio já vivemos o sonho de nos construirmos como nação. Assim fomos promovidos de "nação essencialmente agropecuária" a "país em desenvolvimento". Muitos de nós não nos conformamos em sermos simplesmente "mercado emergente". Teimamos em ser nação. Multicultural e poliétnica. Aí está precisamente a graça da nação que queremos ser.

Endereço do Autor:
CIAS - IBRADES
Av. L-2 Norte, Q 601-B
70830-010 Brasília — DF